

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA - 2024

NOTAS EXPLICATIVAS

NÚMERO DE ORDEM	NOTA
1	Constituída pelas receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes
2	s os os ingressos provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. receita privativa das entidades investidas do poder de tributar: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em que, cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestado ao contribuinte ou posto à disposição, também instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. 3
3	As contribuições e os tributos que possuem uma finalidade específica. Portanto, essas cobranças são estabelecidas para solucionar uma demanda já existente. o ingresso proveniente de contribuições sociais e para financiamento de iluminação pública
4	Ingresso proveniente da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imóveis ou móveis, ou seja, de participação societária
5	S os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objeto seja a aplicação em despesas correntes
9	s os os ingressos correntes provenientes de outras origens, não classificados nas anteriores
10	s as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital
11	Los recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital
14	soma total de toda receita corrente e de capital arrecadada em 2023
15	Gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos: vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias-primas e bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, subvenções a entidades (para gastos de custeio) e transferência a entes públicos (para gastos de custeio).
16	Grupo de natureza da despesa (GND) 1 que inclui a despesa com o pagamento pelo efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador, como folha de pagamento dos cargos de provimento efetivo; comissão, contratos por tempo determinado, terceirização, locação de mão de obra, e todos os encargos sociais que possam lhe gerar: INSS, FGTS, PASEP, etc
17	Grupo de natureza da despesa (GND) 3 em que se computam os gastos com a manutenção das atividades dos órgãos, cujos exemplos mais típicos são: material de consumo, material distribuído gratuitamente, passagens e despesas de locomoção, serviços de terceiros, locação de mão de obra, arrendamento mercantil, auxílio-alimentar; ou despesas operacionais com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentar, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica ?Despesas Correntes? não classificados nos demais grupos de natureza de despesa
18	Gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integram o patrimônio público, ou seja, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos: execução de obras e compra de instalações, equipamentos e títulos representativos do capital de empresas ou de entidades de qualquer natureza
19	representa os pagamentos do principal, ou seja, do valor original que foi tomado emprestado pelo governo, acrescido de atualização monetária, destacando aqui, pagamento do parcelamento previdenciário e com a companhia de águas e esgotos do rio grande do norte CAERN
20	A separação de um montante de recursos (dotação orçamentária global) no orçamento do município que poder ser utilizado em situações imprevistas definidas na legislação. Consoante disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal, a reserva de contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos (art. 5º, III, b).
21	registro das despesas correspondem aquisição ou formação de novos bens ou adicionam novo valor aos já existentes. São as despesas relacionadas com planejamento e execução de obras; com a aquisição de imóveis que são considerados necessários para realização destas obras, compra de instalações, equipamentos, material permanente; constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
22	Receitas operacionais são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício, constituem elemento novo para o patrimônio público e aumentam-lhe o saldo financeiro. São fonte de recursos por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas. Nesta linha segundo a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPCs) 06, registra as contas do PCASP plano de contas aplicado ao setor público 6.2.1.2.0.00.00 - 6.2.1.3.0.00.00 (nas fontes aplicáveis) As receitas operacionais são apresentadas líquidas das deduções. O detalhamento das deduções da receita operacional por fonte ou destinação de recursos apresentado em quadro anexo ao Balanço Financeiro
23	o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade.
24	processo de vinculação entre a origem e destino de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela lei. Há, ainda, ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de EMPRÉSTIMOS e de FINANCIAMENTOS. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica ? e realização dessa finalidade deverá ser direcionados.
26	retrata as movimentações financeiras entre banco, caixa e equivalentes, afim de gerir seus dispêndios operacionais, movimentando as contas do PCASP 4.5.1.1.0.00.00 L17 Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária 4.5.1.2.2.01.00 L18 Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS 4.5.1.3.0.00.00 L19 Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS 4.5.1.4.0.00.00 L20 Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares 4.5.1.5.0.00.00 de acordo com Instrução de Procedimentos Contábeis (IPCs) nº 06
27	contempla toda e qualquer arrecadação que não figure no orçamento e não constitua renda do Município. O seu caráter de extemporaneidade ou de transitoriedade, movimentando as Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras e Desbloqueios de Valores em Caixa, que são contas de controle, de acordo com Instrução de Procedimentos Contábeis (IPCs) 06 do STN
28	s as despesas em que o credor já cumpriu as suas obrigações, dentro do exercício em que ocorreu o registro do empenho, portanto líquido e pleno de realizar a quitação, que segue para dispêndio no exercício seguinte, e seu registro de acordo com a movimentação da conta do PCASP 5.3.2.7.0.00.00 da IPC 06 atualizada do STN
29	Inscrição de restos a pagar não processados despesas que dependem do possível credor executar o objeto pactuado, visto que o direito não foi apurado 32 Depósitos restituíveis e valores vinculados,e seu registro de acordo com a movimentação da conta do PCASP 5.3.1.7.0.00.00 da IPC 06 atualizada do STN
30	corresponde ao registro de trânsito de despesas que não pertencem ao setor público, apenas transitam por ele, como consignações do INSS, imposto de renda retido na fonte, ISSQN, empréstimo, contribuição sindical, dentre outros descontos que o poder público tem a obrigação de recolher e repassar ao seu respectivo credor de direito, seguindo padrão da IPC do STN 06 das contas do PCASP 2.1.8.8.0.00.00 + 2.2.8.8.0.00.00 (movimento credor) + (fontes extraorçamentárias)
32	Despesa pública que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da LOA ou de Créditos Adicionais. o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos, tais como despesas de pessoal, custeio, manutenção e ampliação dos serviços públicos prestados sociedade.No IPC 06 trata da movimentação das contas do PCASP 6.2.2.1.3.00.00 (nas fontes aplicáveis)
33	Despesa pública que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da LOA ou de Créditos Adicionais. o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos, tais como despesas de pessoal, custeio, manutenção e ampliação dos serviços públicos prestados sociedade.

34	Despesa p blica que depende de autoriza o legislativa para sua realiza o, por meio da LOA ou de Cr ditos Adicionais. o conjunto de disp ndios realizados pelos entes p blicos, tais como despesas de pessoal, custeio, manuten o e amplia o dos servi os p blicos prestados sociedade.
35	retrata as movimenta es financeiras entre banco, caixa e equivalentes, a fim de gerir seus disp ndios or ament rios e movimenta as contas do PCASP conforme o IPC 06 da STN 3.5.1.1.0.00.00 L50 Transfer ncias Financeira Concedidas Independentes de Execu o Or ament ria 3.5.1.2.2.01.00 L51 Transfer ncias Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS 3.5.1.3.0.00.00 L52 Transfer ncias Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS 3.5.1.4.0.00.00 L53 Transfer ncias Concedidas para o Sistema de Prote o Social dos Militares 3.5.1.5.0.00.00
36	Despesa que n o precisa de autoriza o legislativa para ser realizada, ou seja, que n o integra o or amento p blico. S o exemplos: devolu o de cau o, resgate de opera es de cr dito por antecipa o de receita or ament ria e pagamento de restos a pagar. Compreendem os desembolsos de recursos de terceiros em poder do ente p blico e outras opera es independentes da execu o or ament ria, movimentando e registrando de acordo com a IPC 06 do STN as contas do PCASP L58 Pagamentos de Restos a Pagar N o Processados 6.3.1.4.0.00.00 L59 Pagamentos de Restos a Pagar Processados 6.3.2.2.0.00.00 L60 Dep sitos Restitu veis e Valores Vinculados 2.1.8.8.0.00.00 + 2.2.8.8.0.00.00 (movimento devedor) + (fontes extraor ament rias) L61 Outros Pagamentos Extraor ament rios (contas sob demanda)
38	um bem ou direito que pode ser convertido em dinheiro em um curto prazo de tempo, dentro do ano fiscal (no m ximo 12 meses).
39	Neste grupo est o consolidados os saldos banc rios das contas correntes, poupan a, aplica es financeiras e caixa do ente municipal e os cnpj s a ele vinculado, valores em moeda nacional.
41	COMPREENDE OS VALORES RELATIVOS A CR DITOS A RECEBER ORIUNDOS DAS VARIA ES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS TRIBUT RIAS
42	todos os bens e direitos que s podem ser transformados em dinheiro no m dio ou longo prazo.
43	Compreende os direitos que tenham por objeto bens corp reos destinados a manuten o das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de opera es que transfiram a ela os benef cios, os riscos e o controle desses bens. Segregados em bens m veis e im veis, depreciados pela diminui o do valor decorrente do desgaste pelo uso, a o da natureza ou obsolesc ncia. o ente nao possui norma pr pria para amortizar depreciar, ou exaurir seus bens, assim sendo, mantendo inerte a movimenta o dos seus valores
44	s o aqueles que podem ser movimentados de um lugar para outro (por movimento pr prio ou for a alheia) sem dano sua estrutura.Eles n o precisam de escritura p blica, nem incide sobre eles cobran a de imposto de transmiss o de bens
45	Na Contabilidade, a deprecia o, amortiza o ou exhaust o a perda de valor do ativo durante o tempo que ele vai ser utilizado pela empresa, antes de precisar ser descartado e substitudo por um novo. Deprecia o Fen meno cont bil que expressa a perda de valor que os valores imobilizados de utiliza o sofrem no tempo, por for a de seu emprego na gest o. Conceitua-se a deprecia o como sendo a diminui o do valor dos bens corp reos que integram o ativo permanente, em decorr ncia de desgaste ou perda de utilidade pelo uso, a o da natureza ou obsolesc ncia. O encargo da deprecia o poder ser computado como custo ou despesa operacional, conforme o caso. A deprecia o dos bens utilizados na produ o ser custo, enquanto a deprecia o dos demais bens h de ser registrada como despesa operacional. O valor da deprecia o acumulada n o poder ultrapassar o custo de aquisi o do bem a que se refere corrigido monetariamente. O mesmo se aplica amortiza o e exhaust o. Os encargos de deprecia o dos bens do ativo imobilizado que tenham ocorrido durante a fase pr -operacional ser o escriturados no ativo diferido para posterior amortiza o, no prazo m nimo de cinco anos e no m ximo de dez anos. N o admitido o registro de quota de deprecia o em rela o aos seguintes bens: Terrenos, salvo em rela o aos melhoramentos e constru es; Pr dios e constru es n o alugados nem utilizados por seu propriet rio na produ o de seus rendimentos ou im veis destinados venda; Bens que normalmente aumentam de valor com o tempo, como obras de arte ou antiguidades; Bens em rela o aos quais seja registrada quota de exhaust o.Amortiza o Elimina o gradual e peri dica do ativo de uma empresa, como encargos do exerc cio, das imobiliza es financeiras ou imateriais. A deprecia o concerne perda de valor de coisas materiais, como m quinas, m veis etc., e a amortiza o destina-se apenas a apontar perda de valor de coisas imateriais ou de imobiliza es financeiras. S o objeto de amortiza o: despesas gerais de instala o, aviamentos, d vidas a longo prazo etc. A amortiza o dos componentes do ativo diferido est sujeita a dois prazos: a) um m nimo, de cinco anos, para fins fiscais; b) um m ximo, de dez anos, que aplic vel a todas as pessoas jur dicas que possuam escritura o cont bil regular. Exhaust o Fen meno patrimonial que caracteriza a perda de valor que sofrem as imobiliza es suscet veis de explora o e que se esgotam no correr do tempo, como, por exemplo, as reservas minerais e vegetais (bosques, florestas, jazidas etc.). Corresponde perda de valor decorrente da explora o de recursos minerais ou florestais ou de bens aplicados nessa explora o.ficam sujeitos deprecia o, amortiza o ou exhaust o (quando possu rem vida til definida), bem como redu o ao valor recuper vel e reavalia o. Foi aplicada uma taxa de 70% , por equival ncia de aplicabilidade da taxa de 10% a.a, considerando 7 (sete) anos de deprecia o nos bens m veis, visto que, o ente n o produz reavalia o e/ou controle patrimonial, sendo assim, acumulando sem baixa, estimando um valor residual por n o haver norma local, buscando ponderar pela NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 07, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017
46	s o aqueles que est o vinculados ao solo e n o podem ser removidos do seu lugar sem destrui o ou dano sua estrutura. Tamb m podem ser chamados de bens de raiz. Edif cios, constru es, terrenos.esses bens necessitam de escritura p blica, registro no Cart rio de Registro de Im veis e incide sobre eles o imposto de transfer ncia
47	O Ativo financeiro composto por contas, tais como: Caixa, Bancos, Aplica es Financeiras, Poupan as, Adiantamento de Sal rio-fam lia, Impostos a Recuperar/Compensar, Contribui es Recuperar/Compensar e etc. Compreendem os BENS, CR DITOS e VALORES, cuja mobiliza o ou aliena o dependa de autoriza o legislativa
48	O Ativo Permanente compreender os bens, cr ditos e valores, cuja mobiliza o ou aliena o dependa de autoriza o legislativa.
49	Patrim nio L quido, Saldo Patrimonial ou Situa o L quida Patrimonial o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.a diferen a do saldo patrimonial e patrimonio liquido dar-se-a pela diferenca dos valores inscritos em restos a pagar nao processados
50	Compreende os obriga es exig veis AT DOZE MESES da data das demonstra es cont beis. Compreende as obriga es conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes crit rios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negocia o; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou reten es em nome deles, quando a entidade do setor p blico for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.Os saldos deste grupo de contas devem ser evidenciados na Demonstra o da D vida Flutuante - Anexo 17 da Lei 4.320/64.COMPREENDE AS OBRIGA ES CONHECIDAS E ESTIMADAS QUE ATENDAM A QUALQUER UM DOS SEGUINTES CRIT RIOS: TENHAM PRAZOS ESTABELECIDOS OU ESPERADOS DENTRO DO CICLO OPERACIONAL DA ENTIDADE; SEJAM MANTIDOS PRIMARIAMENTE PARA NEGOCIA O; TENHAM PRAZOS ESTABELECIDOS OU ESPERADOS NO CURTO PRAZO; SEJAM VALORES DE TERCEIROS OU RETEN ES EM NOME DELES, QUANDO A ENTIDADE DO SETOR P Blico FOR FIEL DEPOSITARIA, INDEPENDENTEMENTE DO PRAZO DE EXIGIBILIDADE.
51	COMPREENDE AS OBRIGA ES REFERENTES A SAL RIOS OU REMUNERA ES, BEM COMO BENEF CIOS AOS QUAIS O EMPREGADO OU SERVIDOR TENHA DIREITO, APOSENTADORIAS, REFORMAS, PENS ES E ENCARGOS A PAGAR, BENEF CIOS ASSISTENCIAIS, INCLUSIVE OS PRECAT RIOS DECORRENTES DESSAS OBRIGA ES, COM VENCIMENTO NO CURTO PRAZO.
52	Compreende as obriga es junto a fornecedores de mat rias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obriga es decorrentes do fornecimento de utilidades e da presta o de servi os, tais como de energia el trica, gua, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precat rios decorrentes dessas obriga es, com vencimento no curto prazo.
53	As demais obriga es a curto prazo s o compostas pelas consigna es.O detalhamento das Demais Obriga es a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstra o da D vida Flutuante.COMPREENDE AS OBRIGA ES DA ENTIDADE JUNTO A TERCEIROS N O INCLUSAS NOS SUBGRUPOS ANTERIORES, COM VENCIMENTO NO CURTO PRAZO, INCLUSIVE OS PRECAT RIOS DECORRENTES DESSAS OBRIGA ES, COM VENCIMENTO NO CURTO PRAZO, tal qual valor de diarias a pagar no valor de R\$ 1.620,00
54	Compreende os passivos exig veis AP S DOZE MESES da data das demonstra es cont beis. Compreende as obriga es conhecidas e estimadas que n o atendam a nenhum dos crit rios para serem classificadas no passivo circulante.
55	representam um grupo de passivos de uma entidade (p blica ou privada) com vencimento em um per odo superior a um ano da data do balan o patrimonial. Elas englobam:Obriga es Trabalhistas a Longo Prazo: Referem-se a compromissos da entidade com seus empregados que n o ser o liquidados no ciclo operacional normal ou em at doze meses ap s a data do balan o. Exemplos incluem: Indeniza es por tempo de servi o com vencimento a longo prazo: Pagamentos a serem efetuados em um futuro distante, decorrentes de planos de demiss o incentivada ou outras situa es. Participa o nos lucros ou resultados (PLR) a pagar a longo prazo: Parcelas da PLR com vencimento em per odos futuros. Outras obriga es trabalhistas de longo prazo: Quaisquer outros compromissos com empregados que se estendam por mais de um ano. Obriga es Previdenci rias a Longo Prazo: Dizem respeito a compromissos da entidade com sistemas de previd ncia, tanto o Regime Geral de Previd ncia Social (RGPS) quanto Regimes Pr prios de Previd ncia Social (RPPS), com vencimento em prazo superior a um ano. Exemplos podem incluir: Parcelamentos de d bitos previdenci rios: Acordos de pagamento de d vidas com a previd ncia social em v rias parcelas com vencimento a longo prazo. Outras obriga es previdenci rias de longo prazo: Outros compromissos com a previd ncia com vencimento superior a um ano. Obriga es Assistenciais a Pagar a Longo Prazo: Envolvem compromissos da entidade relacionados assist ncia social a seus empregados ou a terceiros, com vencimento em um per odo superior a um ano. Os exemplos podem ser menos comuns e dependem da natureza da entidade, mas poderiam incluir: Compromissos de longo prazo com planos de sa de ou odontol gicos p s-emprego: Obriga es de continuar oferecendo esses benef cios por um per odo estendido ap s a aposentadoria. Outras obriga es assistenciais de longo prazo: Outros compromissos de assist ncia com vencimento superior a um ano.os d bitos aqui inscritos est o em fase de parcelamento com a RECEITA FEDERAL DO BRASIL com os N 620064510 /624023290/632352019/638530733
56	compreende os valores inscritos da lista de precat rios expedida pelo tribunal de justi a dos estado do rio grande do norte.TRIBUNAL DE JUSTI A DO RIO GRANDE DO NORTE, conforme lista no portal https://sigpre-publico.tjrn.jus.br/#/ ; e parcelamento com a CAERN (COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE) no montante de R\$ 138.172,04
57	esta linha registra o valores ap s todas as varia es que afetaram o patrimonio do ente, seja de forma positiva ou negativa, com ingressos e disp ndios; sendo o saldo remanescente de todos os atos de car ter patrimonial
61	O Passivo Financeiro compreender as d vidas fundadas e outros pagamentos que independam de autoriza o or ament ria

62	O Passivo Permanente compreender as d vidas fundadas e outras que dependam de autoriza o legislativa para amortiza o ou resgate.
63	Segundo a Lei 4.320/64, artigo 104, a Demonstra o das Varia es Patrimoniais evidenciar as altera es verificadas no patrim nio, resultantes ou independentes da execu o or ament ria, e indicar o resultado patrimonial do exerc cio. A DVP permite a an lise de como as pol ticas adotadas provocaram altera es no patrim nio p blico, considerando-se a finalidade de atender s demandas da sociedade.Compreende o aumento no benef cio econ mico durante o per odo cont bil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminui o de passivo, que resulte em aumento do patrim nio l quido e que n o sejam provenientes de aporte dos propriet rios.
64	s o fatos cont beis que provocam redu o do patrim nio l quido da entidade, portanto s o fatos modificativos diminutivo
76	Demonstra os valores que ingressaram como receitas
77	desembolsos s o evidenciados pelo pagamento, ou seja, a efetiva sa da de caixa e equivalente a caixa. Neste caso, o controle dessas informa es efetuado pelas contas de natureza de informa o or ament rias, que apresentam as despesas do exerc cio e restos a pagar pagos no exerc cio vigente.
79	Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a forma o ou aquisi o de um bem de capital. orrespondem aquisi o ou forma o de novos bens ou adicionam novo valor aos j existentes. S o as despesas relacionadas com planejamento e execu o de obras; com a aquisi o de im veis que s o considerados necess rios para realiza o destas obras, compra de instala es, equipamentos, material permanente; constitui o ou aumento do capital de empresas que n o sejam de car ter comercial ou financeiro. Incluem-se tamb m neste grupo as despesas necess rias realiza o de programas especiais de trabalho, custeadas com recursos de opera es de cr dito.
81	Despesas or ament rias com a aquisi o de im veis ou bens de capital j em utiliza o; aquisi o de t tulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer esp cie, j constitu das, quando a opera o n o importe aumento do capital, e com a constitui o ou aumento do capital de empresas, al m de outras despesas classific veis neste grupo epagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualiza o monet ria ou cambial da d vida p blica interna e externa, contratual ou mobili ria.
84	Despesas or ament rias realizadas mediante transfer ncia de recursos financeiros a entidades sem fins lucrativos que n o tenham v nculo com a administra o p blica. s quais n o correspondam contrapresta o direta em bens e servi os e n o sejam reembols veis pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manuten o de outras entidades de direito p blico ou privado, observado o disposto na legisla o vigente.
996	A coluna "Pagamento de Restos a Pagar Processados" no Anexo 13 do Balan o Financeiro detalha os pagamentos efetuados durante o exerc cio financeiro corrente referentes a Restos a Pagar Processados inscritos em exerc cios anteriores. Para entender melhor, vamos detalhar os termos: Balan o Financeiro (Anexo 13 da Lei n 4.320/64): um demonstrativo cont bil que evidencia as receitas e despesas or ament rias, os ingressos e disp ndios extraor ament rios, bem como os saldos de caixa do exerc cio anterior e os que se transferem para o exerc cio seguinte. Seu objetivo apresentar o resultado financeiro do exerc cio. Restos a Pagar (RAP): S o despesas que foram empenhadas (reservadas no or amento) mas n o foram pagas at o dia 31 de dezembro do exerc cio em que ocorreu o empenho.Pagamento de Restos a Pagar Processados: Esta coluna no Balan o Financeiro registra os valores que foram efetivamente pagos durante o exerc cio atual para quitar aqueles Restos a Pagar Processados que foram inscritos em exerc cios financeiros anteriores. Isso significa que, no exerc cio atual, a obriga o de pagamento referente a esses empenhos de anos anteriores, que j estavam devidamente comprovados, foi cumprida. Em resumo, a coluna "Pagamento de Restos a Pagar Processados" mostra o montante de recursos financeiros que a entidade desembolsou no ano corrente para quitar despesas de exerc cios anteriores que j haviam sido devidamente comprovadas (liquidadas) at o final daqueles exerc cios.
997	detalha os pagamentos efetuados durante o exerc cio financeiro corrente referentes a Restos a Pagar N o Processados inscritos em exerc cios anteriores.Restos a Pagar N o Processados (RPNP): Referem-se s despesas empenhadas que n o foram liquidadas at o final do exerc cio. A liquida o a comprova o de que o servi o foi prestado, o material foi entregue ou a obra foi realizada, gerando o direito de pagamento ao credor. Portanto, os RPNP s o empenhos pendentes de comprova o e, conseqentemente, de pagamento.Pagamento de Restos a Pagar N o Processados: Esta coluna no Balan o Financeiro registra os valores que foram efetivamente pagos durante o exerc cio atual para quitar aqueles Restos a Pagar N o Processados que foram inscritos em exerc cios financeiros anteriores. Isso significa que, no exerc cio atual, esses empenhos de anos anteriores foram devidamente liquidados (comprova o da entrega/servi o) e, ent o, pagos. Em resumo, a coluna "Pagamento de Restos a Pagar N o Processados" mostra o quanto a entidade pagou, no ano corrente, por compromissos de despesa que haviam sido empenhados em anos anteriores, mas que ainda n o tinham sido comprovados (liquidados) e pagos at o final daqueles exerc cios.
998	representa o saldo ban rio e de caixa e seus equivalentes que a entidade possu a no final do exerc cio financeiro de 2023, e que transferido para o in cio do exerc cio financeiro atual de 2024. o montante de recursos financeiros l quidos que a organiza o carregou do ano anterior para o presente. Ele um dos componentes importantes para determinar o resultado financeiro do exerc cio atual, pois serve como ponto de partida para as movimentas financeiras do per odo.Equivala aos valores obtidos no balancete de verificacao das contas do PCASP 1.1.1.0.0.00.0 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (saldo inicial) (-) 1.1.1.1.1.06.00 CONTA NICA RPPS (saldo inicial) (-) 1.1.1.3.0.00.00 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - VALORES RESTITU VEIS E VINCULADOS (saldo inicial), conforme IPC do STN 06
999	Compreende os valores de terceiros ou reten es em nome deles, quando a entidade do setor p blico for fiel depositaria, exig veis no curto prazo, neste caso, os valores em tr nsito do legislativo municipal